

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 912 - de 23 de janeiro a 28 de fevereiro de 2023



Pirulitos do Diálogo e Ação Petista com o povo nas ruas de Porto Alegre nos atos de 9 de janeiro

SEM ANISTIA!

Atendimento das demandas do povo!

PARTIDO

Há 43 anos
era fundado o PT

pág.4

NACIONAL

A responsabilidade
dos militares

pág.7

INTERNACIONAL

Greve geral
na França

pág.11

INTERNACIONAL

Peru: luta e
resistência

pág.11

Governo de Alagoas entrega 304 escolas para fundo de previdência

Manobra visa desviar dinheiro da educação pública e ameaça escolas de privatização

O ano de 2023 começa com luta para os servidores públicos e jovens do estado de Alagoas. É que no apagar das luzes, no final de 2022, o governador Paulo Dantas (MDB) enviou para a Assembleia Legislativa e aprovou sem nenhuma discussão com os servidores, uma proposta de criação de um fundo garantidor para administrar patrimônios para “garantir condições de pagamento das aposentadorias” e doou para o referido fundo as 304 escolas da rede estadual. Ou seja, numa única canetada o governador entregou todos os prédios onde funcionam as escolas.

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sintea), a operação que entregou as escolas para o fundo visa fazer o estado pagar aluguel dos prédios que eram

do próprio estado, o que caracteriza uma operação ilegal, já que os recursos sairão da verba carimbada da educação. A medida ainda facilita ao estado avançar de concessão ou privatização de escolas.

Para combater essa situação, os sindicatos de servidores estaduais, com o apoio da CUT, realizaram um ato público no dia 21 de dezembro, na entrada do prédio do Alagoas Previdência, onde as lideranças sindicais cobraram transparência e democratização da gestão do fundo responsável por pagar as aposentadorias dos servidores estaduais. Eles também denunciaram o desvio de 142 milhões de reais que o Ministério Público está investigando e a devolução das 304 escolas que foram transferidas da rede estadual de educação



Manifestantes na porta do Alagoas Previdência

para o fundo garantidor. Ao final da manifestação, os servidores protocolaram um ofício cobrando informações sobre a real situação do AL Previdência.

Para Izael Ribeiro, presidente do Sintea: “a luta está só começando, porque os trabalhadores não vão abrir mão da luta em defesa das 304 escolas e da educação pública,

gratuita e de qualidade em Alagoas”.

Os servidores também prometeram intensificar a mobilização, bem como acionar o Ministério Público Federal e Estadual contra a operação de transferência das escolas. A volta às aulas deve permitir abrir essa discussão também com os estudantes, um dos segmentos mais afetados.

Luiz Gomes

Governo destitui interventor nomeado por Bolsonaro

É hora de pôr fim ao autoritarismo nas universidades e institutos federais!

No dia 16 de janeiro, o Ministro da Educação Camilo Santana, dispensou o interventor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) nomeado durante o Governo Bolsonaro. O professor Juliani Tolentino de Lima foi nomeado para exercer o cargo de reitor Pro Tempore até a condução do processo de transição para nomear o reitor eleito em 2019, professor Télio Nobre Leite.

Durante o Governo Bolsonaro, mais de 20 institutos federais (IFs) ou universidades federais (UFs) de

ensino tiveram seus processos internos de consulta desrespeitados com a posse de reitores que não foram os mais votados pela comunidade acadêmica. Algumas universidades conseguiram reverter o processo com mobilização, como é o caso da Universidade Federal do Sergipe ou o CEFET/RJ. Mesmo após a posse de Lula, diversos IFs e UFs seguem sob o comando de interventores.

Em 2022, os reitores interventores criaram uma entidade paralela à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino

Superior (Andifes) denominada Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (Afebras) que serviu como “passador de pano” para as ações de destruição do Ensino Superior público, como o silêncio diante dos sucessivos contingenciamentos no orçamento.

Os reitores ilegítimos perseguem politicamente estudantes e professores com processos administrativos e cortam programas importantes de acesso e permanência, a exemplo dos casos da Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do

Rio Grande do Sul.

É imperativo que Lula ponha um fim ao rastro de autoritarismo de Bolsonaro. É necessário remover todos os interventores e assegurar que o processo democrático de escolha do reitor pela comunidade universitária seja devidamente respeitado. A lista tríplice precisa ser substituída por um processo interno de escolha para que as universidades e institutos federais tenham o direito de escolher seus reitores.

Victor Caique

Vem aí a formação nacional da Juventude Revolução!

Juventude Revolução do PT realiza formação durante bienal da UNE, no Rio

Nos dias 2 a 4 de fevereiro, acontecerá a 13ª edição da Bienal da UNE no Rio de Janeiro. Durante as atividades da bienal, no dia 4, a JR do PT convida todos os jovens, estudantes de todo o Brasil que estarão presentes no Rio de Janeiro, a participar da sua atividade de formação nacional.

Com a vitória popular da eleição de Lula, é necessário aproveitar os ânimos para organizar o combate da juventude pelas reivindicações e para derrotar o golpismo! Os temas debatidos na formação da JR serão fascismo, com o texto “Burguesia, pequena burguesia e proletariado”, de Leon Trotsky; e transição energética, com o texto

“Clima, ecologia e ambiente: uma reunião-debate com jovens, publicado na revista A Verdade nº 110, revista teórica da IV Internacional. Os dois textos podem ser lidos no site da JRdoPT (juventuderevolucao.com.br).

O debate sobre fascismo nos ajudará a entrar na luta em defesa do mandato de Lula e pela desbolsonarização do Estado. Os atos fascistas do dia 8 mostraram a ofensiva dos bolsonaristas. É urgente debater e organizar a luta da juventude, que ao lado dos trabalhadores, gritaram em alto e bom som “Sem anistia!” durante a cerimônia da posse de Lula em Brasília.

Com o debate da transição

energética, iremos discutir como o sistema capitalista tenta sobreviver. Além dos ataques aos direitos no Brasil, a agenda imperialista avança sobre as condições de vida dos trabalhadores e da juventude em todo o mundo. Compreenderemos a nossa tarefa para colocar abaixo o sistema de guerra e exploração.

A batalha da JRdoPT, em vários estados do Brasil, é para financiar as caravanas para a Bienal da UNE e garantir a mais ampla participação da juventude em sua formação nacional. Por isso, a JR do PT pede a sua contribuição para realização dessa atividade. É hora de reforçar a luta! Contribua

fazendo um pix de qualquer valor, apontando a câmera do seu celular para o QR code abaixo.

Kris Silvano



Maria Clara Ferreira Lopes

Desbolsonarização urgente, “sem anistia!”

A vitória do povo trabalhador, confirmada na posse, veio sendo contestada, de forma violenta nas estradas e na invasão fascista dos palácios, mas também de forma sibilina pelo capital financeiro exigindo austeridade. Os seus analistas agora temem que o golpismo empurre Lula para a pauta popular e adie o “ajuste”.

Mas o povo quanto mais pode esperar? O salário mínimo está em R\$ 1302, pendente até maio da promessa de R\$1320. Lula, lembremos, lançou-se candidato na porta da Volkswagen prometendo subir o piso do IRPF para R\$ 5000, o que foi adiado, condicionado à reforma tributária. Há 9 milhões de desempregados num total de 23,5 milhões de subutilizados – é urgente investimento público e crédito para criar empregos, em especial na indústria.

Há um conjunto de demandas reprimidas que não cabem na “PEC da transição” porque se preserva o serviço da dívida interna que come 30% do Orçamento de 2023. É onde a roda trava. Será preciso taxar os bilionários, os lucros e dividendos das grandes empresas, além de recuperar o Fundo Social do Pré-Sal (ver pág. 9).

Mas libertar o Orçamento não é o programa dos golpistas, nem tampouco o do capital

financeiro. Neste sentido, ambos acabam se “comunicando” num jogo de agressão e chantagem sobre o governo. O presidente do Banco Central, “autônomo” e tão sensível ao mercado, demorou 12 dias para condenar o 8 de janeiro...

Hoje, se impõe um crédito para o governo surpreendido pela ação golpista como a nação – bem verdade que uns mais e outros menos – acerte o passo. Em nossa opinião,

LUZ AMARELA DEPOIS DA POSSE DE LULA

acelerando medidas populares, como a do piso do professores (ver pag. 4), para construir uma sólida base e cortar o golpismo pela raiz.

Aflorou a discussão do papel das Forças Armadas. O próprio Lula “perdeu a confiança nos militares”. A justa demissão do comandante do Exército que ele – e não Bolsonaro – nomeou, mostra o problema estrutural. É significativo que surja na imprensa a questão

da reforma militar, dos currículos ao famigerado artigo 142 (Garantia de Lei e Ordem). Uma reforma que, ao fim e ao cabo, como outras reformas populares, necessita de uma representação constituinte soberana apoiada na força do povo (ver pág. 7).

Nesse sentido, o 8 de janeiro acendeu uma luz amarela.

Sob o lema adotado de “União e Reconstrução”, na posse, Lula leu a sua fala no Parlatório. “Olhar para a frente e esquecer nossas diferenças”, disse, e também “reagir a quaisquer ataques de extremistas que queiram destruir a nossa democracia” (ver pág 5). Mas mais razão teve a massa presente que irrompeu aos gritos de “sem anistia! sem anistia!”, uma consigna que “viralizou” depois (ver pág 6).

Foi uma intervenção de massa premonitória, inscrita na história profunda que ela vive. Traz um amadurecimento, um aprendizado independente da experiência vivida.

Não estamos em 2003, Lula precisará das massas face aos obstáculos, como nunca antes.

Veremos com quem contará efetivamente para as medidas necessárias, no ministério e no Congresso que toma posse dia 1º de fevereiro, na maioria reacionários, negociatas e chantagistas do “mercado”.

Memória

PELA RETIRADA DAS TROPAS DA ONU DO HAITI

O povo haitiano ainda sofre as consequências do terremoto que atingiu o país, cujas dimensões nada tiveram de natural, em 12 de janeiro de 2010. Um ano depois, a própria ONU, cujas tropas ocupam o país na “missão de paz” chamada Minustah, desde 2004, reconhece que “ainda há cerca de 1.300 acampamentos para desabrigados pelo terremoto, com um total de 1,2 milhão de pessoas” (...). Antes da ocupação, cerca de 500.000 crianças não tinham escola, agora é o dobro, um milhão. (...) O povo do Haiti já está cansado da presença das tropas da ONU. É uma vergonha que o Brasil, atendendo a solicitação do governo dos EUA, por decisão de ex-presidente Lula agora reafirmada por Dilma, continue no comando dessa ocupação.

O Trabalho nº 686 – 13/1/2011



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

RECEBA
O TRABALHO NO
ZAP
O!
(32) 9 9930-9117



- ① Salve nosso número
- ② Nos mande um “Oi”
- ③ Pronto! Você receberá notícias de O Trabalho no seu celular.

Há 43 anos, era fundado o PT

Trabalhadores criavam seu próprio partido no ascenso da luta contra a ditadura

Há mais de quatro décadas militantes foram de porta em porta coletar apoio à criação de um partido que expressasse os anseios expressos na luta contra a ditadura: reajustes salariais, contra a carestia, liberdade sindical e de organização e democracia. A Corrente o Trabalho do PT, à época Organização Socialista Internacionalista (OSI) e nosso jornal, O Trabalho, cuja 1ª edição é de 1978, se engajou plenamente neste combate.

De porta em porta, nos bairros das famílias trabalhadoras, íamos pedir apoio à criação de Partido dos Trabalhadores. As greves do ABC, as mobilizações estudantis, a luta no campo, a resistência de setores da intelectualidade, a luta pela anistia dos perseguidos e presos pela ditadura e pela punição dos criminosos, a luta enfim pelo fim da ditadura, este foi o caldo que deu origem ao PT. O



Colégio de Sion, 10 de fevereiro de 1980

que, naquele momento representava um passo gigantesco da classe trabalhadora brasileira de ter sua representação política independente. Em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, com mais de 500 mil adesões à sua criação, era fundado o nosso partido. Nosso, da nossa classe!

Assim nasceu o PT. Como um partido dos trabalhadores, sem patrões –um bom combate que levamos à época. Assim cresceu o PT, ligado às lutas, cuja construção foi um fator

decisivo para a derrota da ditadura e o surgimento de um novo sindicalismo com a construção da Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Muita água rolou por debaixo da ponte. Fomos vitoriosos e a ditadura militar caiu em 1985. Fomos vitoriosos, principalmente, porque o PT não entrou no canto da sereia do Colégio Eleitoral, depois de derrotada a emenda Dante de Oliveira pelas Diretas Já, movimento que o PT teve um papel essencial. Fomos coerentes e fiéis aos nossos compromissos de fundação, quando não votamos a favor da Constituição de 1988, um acerto entre os que queriam bloquear o avanço das conquistas das camadas oprimidas, um arreglo com as Forças Armadas, ao manter o artigo 142, da tutela militar.

Como bem sintetizou Lula, em seu discurso na votação da Constituição de 1988, em nome da bancada do PT “Ainda não foi desta vez que a classe

trabalhadora pôde ter uma Constituição efetivamente voltada para os seus interesses. Ainda não foi desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício”.

Nestas águas que rolaram houve um processo de adaptação do nosso partido às instituições que preservam os interesses das classes dominantes. Mas desta vez, a hora da classe trabalhadora tem que chegar. 43 anos depois, com toda perseguição e ataques que o PT e Lula sofreram, com a força do povo voltamos à Presidência da República. E isso porque o PT é o único partido com o qual a maioria das camadas oprimidas segue se identificando.

Que o governo Lula, que ora se inicia, faça chegar a vez de uma política “efetivamente voltada aos seus interesses”. E para ajudar neste combate o Diálogo e Ação Petista, dá os parabéns aos 43 anos do nosso partido, se propondo a “agir como o PT agia”. Viva o PT, viva a luta da classe trabalhadora!

Misa Boito

Metroviários de BH exigem anulação do Leilão

Em 22 de dezembro, às vésperas da posse do presidente Lula, o metrô de Belo Horizonte da CBTU – empresa estatal federal – foi leiloado e entregue ao “Grupo Comporte”.

A categoria metroviária, batalhou bravamente contra a sua privatização. Foram nove dias de greve com paralisação de 100% das atividades do metrô, contra toda a pressão da CBTU, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho. Em documentos ao Ministério das Cidades, BNDES, aos deputados e outros órgãos públicos, o Sindicato demonstrou que no edital do leilão de privatização havia erros técnicos e subavaliação do patrimônio público que o governo Bolsonaro desconheceu. Além disso, desprezava os direitos dos 1600 metroviários.

A categoria em greve se dirigiu à equipe de transição solicitando que suspendesse o leilão e abrisse negociação. O vice-presidente Alckmin, às vésperas do leilão chegou a enviar um ofício ao BNDES pedindo a suspensão do leilão. O governador de Minas, Romeu Zema e as empresas interessadas reagiram. No dia seguinte, outro ofício de Alckmin reviu a posição e declarou apoio à privatização.

Diante da triste experiência, a categoria, que já discutia colocar pelo

menos um ônibus para participar da posse do presidente Lula, recuou.

Após a posse, deputados federais e estaduais, principalmente do PT de Minas, se dirigiram diretamente ao presidente Lula em um ofício que destacava alguns dos problemas do leilão, mas novamente foi negada qualquer ação.

A presidente do Sindicato, Alda Lúcia Fernandes, diz que “ainda não se dão por vencidos e que a diretoria aprovou a continuidade da campanha pela anulação” pelo menos até março quando a empresa vencedora assinará o contrato de concessão. “Há muita confusão na categoria, há trabalhadores que com medo de perder o emprego procuram transferência para outros órgãos do governo, que na maioria das vezes não é possível; outros estão dispostos até a mudar de estado para trabalhar em outras unidades da CBTU, mas os postos de trabalho não são exatamente os mesmos, o que significa perda salarial”, explica a companheira Alda Lúcia. Ela conclui: “por tudo isso não podemos desistir da luta pela anulação e reestatização do metrô”, estamos lutando pelos nossos postos de trabalho e em defesa do patrimônio público”.

Sumara Ribeiro



Todo ano professores exigem de Prefeitos e Governadores aplicação da lei. Juiz de Fora, 2015

Governo assina reajuste do piso da educação

O Ministro da Educação do governo Lula, Camilo Santana, assinou no dia 16 de janeiro portaria que atualiza o piso do magistério da rede pública de ensino básico em 14,94%, passando de R\$ 3.845,63, definido em 2022, para R\$ 4.420,55.

Para Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), “A pressão sempre funciona, nada que a classe trabalhadora conquista, como os trabalhadores e trabalhadoras da educação, chegou de mão beijada e nem dado para nós. Tem muita mobilização, luta e muita determinação” (site da CNTE).

O piso é uma conquista histórica dos professores e sempre é atacada pelos governos, agora é a CNM (Confederação Nacional dos Municípios), que alegando impacto de R\$19,4 bilhões, orientou os prefeitos

a ignorar o novo reajuste argumentando que há um vácuo jurídico com a revogação da lei 14.113/20 que tratava do novo Fundeb. Eles defendem aplicar apenas a inflação de 5,97%.

Nenhum passo atrás

A CNTE, junto com as entidades de base da educação tem que exigir de prefeitos e governadores a aplicação integral da lei do piso, a aplicação dos 14,94% e também a atividade extra-classe mínima de 1/3 da jornada de trabalho dos professores, e quanto à verba se for necessário que o prefeito solicite complementação de verbas para o MEC, o que é previsto na legislação.

Essa luta se inicia agora e deve ser reafirmada na 4ª. Plenária Intercongressual da CNTE, em março.

João B. Gomes



Militantes do Diálogo e Ação Petista na posse de Lula no dia 1º em Brasília e faixa do DAP exigindo cadeia para os golpistas no ato do dia 9 na Av. Paulista

2023: O ANO QUE COMEÇOU FERVENDO

Diálogo e Ação Petista esteve presente na resistência neste janeiro

O calor de janeiro não foi só o verão, mas a fervura da intransigente luta de classes.

Foi a maior manifestação popular na posse de um presidente. A expressão viva da resistência frente às ameaças golpistas do derrotado Bolsonaro, seus generais de plantão e patrões criminosos em não aceitar o resultado das urnas.

Depois dos ataques fascistas de 8 de janeiro em Brasília, foram realizados atos que exigiram punição e cadeia para os golpistas.

Ao lado de milhares nas ruas, o DAP marcou presença ativa nestas lutas.

"MAIS ORGANIZAÇÃO"

Um mar vermelho ocupou Brasília no dia 1º de janeiro. Mais de 200 mil pessoas foram lá garantir a posse de Lula.

Foi a autêntica representação da vitória nas urnas que derrotou o genocida e abriu um caminho de esperança para retomar direitos e ampliar conquistas. Foi uma mobilização extraordinária que os grupos de base participaram com muito orgulho.

Reuniões e discussões políticas, listas, confecção de materiais e campanhas de arrecadação para garantir os ônibus. Era a disposição da militância que contrastava com a vacilação da direção do partido, que em alguns

estados chegou a cancelar vários ônibus.

Com pirulitos exigindo o "respeito ao voto popular e golpistas na cadeia" e reivindicações como "aumento de salários, revogação da reforma trabalhista" e outras, centenas de militantes do DAP estiveram presentes para "ajudar a construir a força social da mudança que ajude o governo eleito a enfrentar os obstáculos que estão a vista, para fazer o que o povo espera", dizia o panfleto do DAP.

Alex Sandro, moto entregador em São Bernardo do Campo/SP expressou o que sentiu após a viagem, "o bem coletivo superou os interesses individuais. Presenciei uma atmosfera de partilha e respeito".

Bárbara Kaipora, estudante da UFBA, disse que "estava em vários grupos para a posse, mas que decidiu participar deste ônibus porque era o que via mais organização". A batalha foi dura para suportar horas de calor e falta de estrutura mínima como água e sanitários, uma falha incompreensível dos organizadores.

O momento marcante da posse foi quando a massa presente ecoou espontaneamente o grito de "sem anistia", interrompendo o discurso de Lula que acabara de listar os crimes de Bolsonaro. É um importante sinal de amadurecimento político

e disposição para enfrentar o novo período que se abre.

Cortar o mal pela raiz

Vídeos e informações que circulam nas redes comprovam os crimes cometidos no ataque fascista de 8 de janeiro. A declaração do DAP frente à tentativa de golpe afirma que "é o momento do novo governo passar a ofensiva para afirmar o seu mandato, o qual tem apoio popular".

Em resposta ao ataque foram convocados atos de rua no dia 9 por partidos, centrais e movimentos que representaram uma reação necessária, mesmo com limitações. Novamente, o DAP não titubeou e, rapidamente, organizou colunas com faixas que diziam "sem anistia, cadeia nos golpistas" e palavras de ordem muito bem recebidas como "sem conciliação, sem perdão, Bolsonaro na prisão". O fato comum nos atos foi a exigência uníssona de "sem anistia".

Aprofunda-se a crise institucional. É público a participação de generais e outros oficiais do Exército, da reserva e da ativa, inclusive das forças de proteção da Presidência da República, na organização dos atos golpistas. "Causa estranheza a permanência do Ministro da Defesa, José Múcio" questiona o DAP, mas não só.

As medidas necessárias devem ser

rápidas, pois as provas são evidentes e estão registradas. Por exemplo, "é preciso chegar aos financiadores desta operação que devem ser punidos, inclusive com o CONFISCO (dos bens, nos termos da lei). Não há união ou pacificação possível. É tempo de cortar o mal pela raiz". Mas, o judiciário caminha a passo de tartaruga, pisando em ovos em meio a crise dos poderes da República.

Esse período tempestuoso recoloca a discussão de fundo sobre as mudanças profundas e necessárias no país que "para alcançar as demandas populares é preciso reformar de cabo-a-rabo o Estado brasileiro", reafirmou o DAP na posse. Sim, porque são medidas para desbolsionar o Estado e que devem ser exigidas com mobilização de rua.

O governo Lula precisa adotar medidas sociais urgentes que não serão bem-vindas pelos bancos e grandes empresários, o tal mercado, mas certamente terão apoio popular, dos trabalhadores e jovens em todo o país.

O DAP está preparando um Encontro Nacional em maio neste cenário. De prontidão e com muita disposição, é preciso seguir as mobilizações de rua e contra atacar.

Paulo Riela, Coordenação Estadual do DAP Bahia

Punir os golpistas e limpar a casa

Sem anistia para quem atuou no 8 de janeiro. Mas não apenas



Milhares de golpistas são presos em Brasília

Foram cerca de 1.400 pessoas presas após a tentativa de golpe no domingo, 8 de janeiro, e no dia seguinte, no acampamento em frente ao Exército no Distrito Federal (mais algumas centenas haviam sido detidas e liberadas). A partir do dia 20 de janeiro, 942 seguem presos: tiveram sua prisão em flagrante convertida em preventiva - sem prazo determinado - pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Outros 464 obtiveram liberdade provisória mediante medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica e a suspensão imediata de porte de arma.

As investigações seguem em curso. No mesmo dia 20, a Polícia Federal cumpria mandados de prisão e de busca em cinco estados e no Distrito Federal, contra suspeitos de terem financiado a invasão golpista e planejado ataques a refinarias, portos e aeroportos. A Justiça Federal ainda ampliou para R\$ 18,5 milhões o valor em bens bloqueados de suspeitos de financiar a tentativa de golpe, em atendimento a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). Valor que conforme o resultado do julgamento pode se transformar em confisco.

Incitação bolsonarista

Enquanto isso, depois de anos de omissão, um grupo da Procuradoria-Geral da República (PGR) criado após a invasão dos Três Poderes em Brasília afirma que reúne elementos para denunciar Jair Bolsonaro pela incitação à tentativa de golpe.

Augusto Aras, o Procurador Geral da República, teve uma notória inação após os atos em que Bolsonaro anunciava suas intenções golpistas, arquivou as denúncias contra o governo apresentadas pela CPI da Covid, etc. Mesmo agora, o PGR demorou dias para tomar as primeiras ações, e só o fez por pressão da sociedade e de um conjunto de procuradores: 80 deles assinaram uma representação para incluir Bolsonaro no inquérito que

apura a autoria intelectual do ataque.

Já a Polícia Federal investiga o ex-presidente, o ex-Secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, e outras autoridades que apoiaram a investida golpista ou se omitiram, como o governador afastado do DF, Ibaneis Rocha. Além disso, o governo federal diz que vai encaminhar denúncias de divulgação de fake news para identificação e responsabilização dos autores, o Ministério da Justiça vai monitorar as investigações referentes às agressões a profissionais da imprensa e a Controladoria Geral da União orientou todos os órgãos públicos a apurar a participação de servidores no quebra-quebra e, que se houver confirmação, haja abertura de processo administrativo para demissão.

Sem anistia

Exige-se que não haja impunidade a qualquer um dos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, isso é certo. Incluindo os líderes políticos que organizaram e continuaram organizando grupos fascistas. Em si, já é uma tarefa e tanto, que pode se apoiar nos 93% da população brasileira que foram contrários à invasão, segundo o Datafolha.

É impensável que o governo e o judiciário ajam com "tolerância", como apregoa Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça e da Defesa e ex-presidente do STF. Ele prega que "se o governo e os democratas começarem a agir com uma retaliação generalizada vamos ter uma radicalização, e aí isso fortalece o Bolsonaro".

É o contrário: sem um acerto de contas, os fascistas vão seguir em frente com seus planos de golpismo e sabotagem, a curto ou longo prazo. É urgente e incontornável cortar o mal pela raiz, ir até o fim na apuração e condenação de todos os envolvidos no intento golpista.

Começa por aí. Mas nunca é demais lembrar: o grito da massa que deu o tom do mês de janeiro - "sem anistia!" - foi proferido ainda no dia primeiro

de janeiro. Empolgou milhões e foi repercutido por todo o Brasil logo no início do novo governo, mesmo antes da tentativa de golpe.

Ele se referia a toda a destruição promovida pelos bolsonaristas ao longo dos últimos quatro anos, sobre a qual, convenhamos, Congresso e judiciário colocaram panos quentes, incluindo o ora celebrado ministro "Xandão" e os "neoaliados", Lira e Pacheco.

O canto "sem anistia!" veio da multidão após Lula citar, em seu discurso, os crimes políticos cometidos pelo último governo, segundo o relatório da equipe de transição: os recortes de feminicídio, os retrocessos nas políticas de igualdade racial, a falta de vacinas e de recursos para a compra de merenda escolar, de verbas para as universidades.

"Sem anistia" ao conjunto de crimes eleitorais, como a compra de votos e o assédio dos patrões que, segundo o MPT, continuou ocorrendo mesmo após a eleição, com denúncias de coação de empregados para participação nos atos golpistas. "Sem anistia" para os crimes na pandemia. "Sem anistia" para o genocídio contra os povos yanomami e todos os outros povos indígenas.

"Sem anistia", porque hoje, em amplos setores, há a compreensão de que muito do que estamos vivendo se calca na falta de punição dos crimes da ditadura militar.

Limpar a casa

Por isso é tão importante medidas como a tomada por Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos, que

reformulou a Comissão Nacional de Anistia (de reparação a vítimas ou familiares de vítimas de perseguição durante a ditadura militar) como uma das primeiras ações de seu ministério.

Almeida afastou os militares, que formavam a maioria do colegiado durante o governo Bolsonaro e não reconheciam a ditadura, chamando os requerentes dos pedidos de indenização de "terroristas". Entre eles, está o general Luiz Eduardo Rocha Paiva, amigo do torturador Brilhante Ustra. Em todas as sessões da Comissão, o general levava o livro de memórias de Ustra.

Entre 2019 e 2022, dos 4.285 processos julgados pela Comissão, 4.081 pedidos de indenização foram negados, inclusive o de Dilma. Entre os novos indicados por Almeida, estão vítimas da ditadura militar e especialistas em justiça de transição.

Em sentido similar está a demissão da então diretoria da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) - a qual incluía militares de carreira - antecipada por "opções editoriais" durante e após a tentativa de golpe. Interinamente, assumiu a presidência da empresa Kariane Costa, representante eleita dos empregados no Conselho de Administração da EBC, que estava sofrendo perseguição e tentativa de demissão por parte da antiga diretoria por encaminhar denúncias de assédio moral contra os funcionários.

São passos corretos, mas a situação exige ir mais longe. Como a necessária reforma da Forças Armadas (ver ao lado).

Priscilla Chandretti



TENTATIVA DE GENOCÍDIO CONTRA OS YANOMAMI

Enquanto ao menos 21 pedidos de ajuda enviados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami foram negados pelo governo Bolsonaro, esse mesmo governo enviava cartas à ONU e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos relatando "operações exitosas" para garantir saúde e alimentos indígenas e combate ao garimpo ilegal.

Nada mais longe da verdade. A situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional encontrada pela comitiva de Lula, que visitou o território em 21 de janeiro, é resultado da ação (e não da inação!) direta do conjunto do governo genocida de Bolsonaro, que carrega responsabilidade de um conjunto de ministros, do ex-presidente da FUNAI, do ex-vice-presidente Mourão, chefe do Conselho Nacional da Amazônia Legal, e das Forças Armadas que deveriam ter combatido o garimpo ilegal.

Militares têm responsabilidade

Participação na tentativa de golpe reafirma posição histórica das Forças Armadas

O presidente Lula demitiu no dia 21 o comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, que havia sido nomeado por ele mesmo, quando decidiu manter o critério de antiguidade. A gota d'água que levou à demissão, de acordo com a imprensa, foi a recusa de Arruda em revogar a designação do tenente-coronel Mauro Cid para o comando do 1º Batalhão de Ações de Comandos (BAC), com sede em Goiânia.

Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, é acusado de operar para seu chefe um caixa 2 em pleno Palácio do Planalto. Neste ano, passaria a dirigir uma tropa de elite do Exército, baseada a poucos quilômetros de Brasília. Uma clara ameaça ao governo federal.

A insubordinação de Arruda já seria motivo suficiente para sua dispensa, mas não há como deixar de associá-la à participação das Forças Armadas na tentativa de golpe de 8 de janeiro. Nos acampamentos em frente a quartéis e nos ataques à capital federal não estava somente a turba intoxicada pelo discurso bolsonarista, mas também gente com voz de comando nas tropas.

Os golpistas não esconderam previamente seus planos, e mesmo assim não foram detidos. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) emitiu antes do dia 8 alertas sobre o risco de ataques a prédios públicos. Mais de 17 mil grupos de WhatsApp pelo país organizavam a ida a Brasília. Apesar disso, não havia nenhum esquema das forças de segurança para defender o Palácio do Planalto.

O Batalhão da Guarda Presidencial, unidade do Exército cuja função



Cartaz do DAP pede fim da tutela militar

é exatamente essa, não fez o seu trabalho. E, como foi amplamente noticiado, a PM de Brasília acompanhou os golpistas, tirou selfies com eles e deu-lhes cobertura.

Acampamentos nos quartéis

A ação do Exército para acobertar os golpistas vinha de antes. Não seria possível manter acampamentos durante meses em frente a quartéis se os comandantes não permitissem.

No próprio dia 8, dois episódios são reveladores. Vídeos mostram que, durante a invasão do Palácio do Planalto, um coronel, Paulo Jorge, tentou barrar o trabalho de policiais contra os participantes do quebra-quebra. À noite, no acampamento, o general Arruda em pessoa impediu prisões que seriam feitas no local. Com isso, muitos golpistas fugiram durante a madrugada.

Lula recusou a proposta do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro,

de instaurar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Em entrevista coletiva no dia 12, além de ter dito que "as Forças Armadas não são o poder moderador como pensam que são", Lula explicou: "Se eu tivesse feito GLO, eu teria assumido a responsabilidade de abandonar a minha responsabilidade. Aí sim estaria acontecendo o golpe que as pessoas queriam. O Lula deixa de ser governo para que algum general assumia".

Enfrentar a questão

A permanente ameaça antidemocrática das Forças Armadas, que buscam controlar o Estado, é um fato histórico no Brasil, muito anterior a Bolsonaro, ainda que este tenha levado o aparelhamento militar a níveis inéditos.

A decisão de não entregar a segurança aos milicos e a demissão do comandante do Exército foram

medidas importantes. Mas como avançar na via de colocar os militares em seu lugar, subordinado ao poder civil eleito? E, principalmente, como fazer isso mantendo Múcio à frente da Defesa?

Múcio é o que chamou os acampamentos de "democráticos". É o que, segundo o site The Intercept Brasil (20/1), mantém em seu gabinete pelo menos seis militares ligados ao candidato a vice de Bolsonaro, Walter Braga Netto, e ao ex-comandante do Exército Eduardo Villas Boas – o mesmo do tuíte de 2018 com ameaças contra a concessão de habeas corpus a Lula.

Ao final da ditadura, a chamada Nova República decidiu acomodar-se com os militares, em vez de levar aos tribunais os responsáveis por torturas, mortes e desaparecimento, como foi feito na Argentina, no Uruguai e no Chile. A Lei de Anistia de 1979, imposta pela ditadura, protege esses criminosos. Os governos anteriores do PT (Lula e Dilma) infelizmente não mexeram na questão.

Em artigo para a Folha de S. Paulo (19/1), o jurista Conrado Hübner Mendes escreveu: "Punir militares individualmente envolvidos no atentado de 8 de janeiro seria passo importante. Sem anistia. Mas não reformar as Forças Armadas e as relações civil-militares é outra forma de anistia. E mais grave". É uma tarefa tão gigantesca quanto essencial para a construção de uma nação democrática. Tarefa que caberia a uma Constituinte Soberana, algo que a luta colocará na ordem do dia mais cedo ou mais tarde.

Cláudio Soares

Curtas

Alto custo

As forças armadas brasileira custam caro. Segundo Edison Rossi, editor da Revista Istoé Dinheiro, o gasto das forças armadas com pessoal no Brasil é de R\$ 86 bi por ano. Mais do que educação (64 bi) e saúde (17 bi) juntas. E isso, claro, inclui os super salários de mais de 1600 agentes que ganham acima de R\$100 mil mensais. Aliás, as Forças Armadas brasileiras tem mais generais que as forças armadas dos Estados Unidos da América.

Democrata?

O novo comandante do exército, Gen. Tomás Paiva, teria sido muito

recomendado a Lula, dizem órgãos da imprensa, tanto por dirigentes petistas quanto por juízes. Ele é amigo pessoal de Fernando Henrique Cardoso (qualidade?) e dias antes de sua nomeação se deixou gravar fazendo um discurso pregando o respeito ao resultado das eleições e apartidarismo das forças armadas.

Mas, não custa lembrar, ele também foi chefe de gabinete do General Villas Boas, e teria participado da elaboração do tuíte que ajudou a manter Lula preso em 2018. Ele também era chefe da AMAN em 2014, onde Bolsonaro se lançou candidato a presidente.

Chegou ao governo?

Segundo publicou a colunista do Estadão, Eliane Cantanhede, um ofício de Andrei Passos, da Polícia Federal às 18:23h do dia 7 de janeiro alertava Flávio Dino, para o risco de "ações hostis e danos contra o Congresso, Planalto e Supremo...". Dino, em ofício, alertou Ibaneis sobre este risco, mas solicitou, inicialmente, apenas o bloqueio "da circulação de ônibus de turismo" na esplanada, não de pessoas. À imprensa ele disse que solicitou por escrito também ao governador Ibaneis que bloqueasse todo o acesso à esplanada, inclusive para pessoas.

Fascismo e terrorismo

Não foi "terrorista" a tentativa de golpe organizada no dia 8 de janeiro. E não só por não se encaixar como tal na legislação brasileira, mas porque foram manifestações golpistas, organizadas com típicos métodos fascistas: mobilização de massa, da pequena burguesia, setores proletários e desclassificados, financiada por empresários, utilizando métodos de violência em plena luz do dia, com objetivos políticos definidos em relação ao poder e um discurso ultranacionalista. Mas, fascistas cometem atos terroristas, como a tentativa de colocar uma

bomba no aeroporto de Brasília e a derrubada das torres de energia, que estão sob investigação.

Ministério amplíssimo

Dos 37 ministros apenas 11 são do PT. Há outros de esquerda e sem partido. Mas 13 vem da centro-direita para a direita. Destes, 11 apoiaram o impeachment de Dilma, e meia-dúzia era bolsonarista, alguns até outro dia.

Curiosamente, só há um grande empresário (rural), mostra de desconfiança até maior do que em governos anteriores - por exemplo, havia três grandes empresários no ministério de 2003.

Lula aos sindicalistas: “Façam pressão no governo”

Em busca de direitos perdidos de negociação, centrais vão a Brasília

Em 18 de janeiro ocorreu a primeira reunião de sindicalistas com o ministro do Trabalho Luiz Marinho e o presidente Lula em Brasília. Acomodados num saguão do Palácio do Planalto, que ainda trazia marcas do vandalismo sofrido em 8 de janeiro, cerca de 500 dirigentes indicados por 10 centrais sindicais – além das 6 “reconhecidas” (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB), as duas Intersindicais, CSP-Conlutas e a Pública – aclamaram Lula quando ele chegou ao lado de Marinho, Rui Costa (Casa Civil) e Ester Dweck (Gestão).

O ato começou com um jogral de dirigentes das centrais, que repartiram entre si os temas a serem abordados. Sérgio Nobre da CUT abriu a rodada e ao mencionar o intento de golpe de 8 de janeiro os gritos de “sem anistia”

ecoaram no recinto. Dos dez oradores que se sucederam, o único que falou em revogação da reforma trabalhista foi Antonio Neto, da pequena CSB.

Da parte do governo, que convocou a reunião para anunciar a constituição de uma comissão interministerial com as centrais para discutir uma política de valorização do salário mínimo e o seu valor neste ano, além de sinalizar a retomada de mesas tripartes para discutir temas trabalhistas e sindicais, o primeiro a falar foi Marinho, explicando que a comissão terá 45 dias para trabalhar, o que indica que o novo mínimo, superior ao atual de R\$ 1.302, poderá ser anunciado em 1º de maio (além dos R\$ 1.320 do Orçamento, as centrais defendem R\$ 1.342).

Na sua esperada fala, Lula disse que cumprirá a promessa de valorização



Lula em encontro com sindicalistas

do salário mínimo, “a melhor forma de distribuição de renda neste país”, pois “não adianta o PIB crescer se ele não for distribuído para os pobres”. Sobre a correção da tabela do imposto de renda afirmou que “tem que inverter a atual lógica e os que ganham mais pagarem mais”. Com relação aos servidores federais, disse ser absurdo sete anos sem reajuste salarial. Além de convidar o movimento sindical a ajudar o governo a “construir uma nova relação capital e trabalho”, Lula conclamou os sindicalistas a mobilizarem as suas bases e fazer pressão sobre o governo.

Oportunidades e riscos

A abertura de canais de diálogo com o governo federal traz oportunidades para os sindicatos pressionarem por suas reivindicações, como disse o

próprio Lula, mas também traz riscos. Dentre eles as mesas de negociação permanentes de caráter tripartite – governo, centrais sindicais e patrões – que, voltadas ao consenso entre o capital e o trabalho, produzem reuniões intermináveis, sem resultados concretos para a classe trabalhadora.

É preciso priorizar, neste início de governo, o atendimento de questões como a correção da tabela do IRPF e o novo salário mínimo, revogar todos os itens da chamada “reforma trabalhista” que debilitam a negociação coletiva do lado do trabalhador, acabando com os acordos individuais, com o trabalho intermitente, restabelecendo a ultratividade das convenções coletivas, ações que dependem apenas da ação governamental. Voltaremos ao tema em próximas edições.

Julio Turra

08 de março vem aí

Dia de luta para recuperar direitos da mulher trabalhadora e avançar



Mulheres do DAP se manifestam em 8 de Março de 2020

Após quatro anos de desmonte da Política de Atenção à Saúde e aos direitos da Mulher trabalhadora durante o governo Bolsonaro, Lula assume a Presidência da República enaltecendo em seus discursos a necessidade da defesa das mulheres.

Na posse no Senado, afirmou: “É inadmissível que as mulheres recebam menos que os homens realizando a mesma função, que não sejam reconhecidas em um mundo

político machista, que sejam assediadas impunemente nas ruas e no trabalho, que sejam vítimas de violência dentro e fora de casa”.

De fato, os dados do último período são alarmantes: aumento dos índices de violência, do desemprego e do trabalho informal entre as mulheres, aumento da mortalidade infantil em virtude de cortes em atendimentos pré-natal e dos aterrorizantes casos de criminalização

de mulheres que fizeram ou tentaram realizar o aborto, mesmos nos casos de comprovação de estupro.

Além disso, o então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos destinou em 2022 o menor recurso dos últimos quatro anos para as políticas de combate a violência (dados do INESC) e as unidades da Casa da Mulher Brasileira e de Centro de Atendimento às Mulheres, espaços fundamentais de acolhimento a mulheres

vítimas de violência, foram completamente sucateadas.

O governo Lula que assume em 2023 deve pôr um fim aos absurdos índices de feminicídios no Brasil, bem como reconstruir uma política nacional de atenção à saúde da mulher. Nas primeiras semanas de gestão, o Ministério da Saúde deu um passo importante revogando a portaria 2561/20, assinada pelo então governo Bolsonaro, que obrigava o médico e demais profissionais de saúde a comunicar a polícia os casos de aborto, mesmo aqueles previstos em lei, como no caso em que a mulher tenha sido vítima de estupro.

O governo brasileiro também publicou uma nota em que confirma sua saída do chamado “Consenso de Genebra sobre a saúde da Mulher e Fortalecimento da Família”, um texto absolutamente conservador com posição contrária ao aborto.

Essas medidas são importantes, mas ainda insuficientes diante das necessidades da mulher trabalhadora brasileira hoje, que sofre diariamente com a opressão e a desigualdade.

Por isso, na preparação do 8 de

Março, Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora, está na ordem do dia apresentar uma pauta de reivindicações ao governo Lula, que inclua: salário igual para trabalho igual, direito a licença maternidade de 180 dias e extensão às mulheres do campo, abertura e ampliação de creches públicas e integrais, o investimento em programas específicos de atendimento à saúde da mulher, combate ao assédio moral e sexual da mulher no ambiente de trabalho, fim do feminicídio com ampliação das delegacias de atendimento à mulher, além da descriminalização e legalização do aborto que coloca em risco a vida de mulheres pobres, negras e jovens do campo e das periferias.

O presidente Lula, durante a campanha eleitoral, defendeu que o aborto deveria ser tratado como questão de saúde pública e afirmou o seu papel de futuro Chefe de Estado “cuidar para que todos sejam tratados dignamente(...)”. Bem, para as mulheres trabalhadoras, chegou a hora de cobrar esse compromisso.

Maíra Gentil

Medidas urgentes e necessárias na economia

Atender o povo com celeridade é fundamental, ainda mais diante dos atos golpistas

Bolsonaro deixou para Lula um Orçamento com enormes cortes nas áreas sociais. Depois da ganância visando comprar votos no decorrer do último ano, ele e o Centrão elaboraram uma Lei Orçamentária (LOA 2023) que, de tantos cortes, praticamente paralisa o governo.

Lula e sua Equipe de Transição passaram dois meses negociando com o Centrão (que comanda o Congresso) uma Emenda Constitucional (EC-162) que permite reverter minimamente tais cortes, ultrapassando um pouco o Teto de Gastos. O Centrão usou e abusou da oportunidade para exigir cargos do governo eleito, e assim garantiu a aprovação de uma EC bem menos ampla do que o necessário.

Emenda da Transição

Apesar disso, a EC da Transição elevou o Teto de Gastos em R\$ 145 bilhões (30 bi a menos do que propusera o PT). Disso, R\$ 70 bi serão destinados a complementar os R\$ 105 bi já previstos na LOA 2023 (de Bolsonaro) ao Bolsa Família – que terá ao todo R\$ 175 bi para garantir o pagamento de R\$ 600 mensais à cerca de 21 milhões de famílias, mais R\$ 150 mensais a cada filha (o) de até 6 anos de mães solo (cerca de 8,3

milhões de crianças). Os demais R\$ 75 bilhões de expansão no Teto poderão ser usados na recomposição das verbas em outras áreas sociais. Como, por exemplo, R\$ 16,6 bi ao Farmácia Popular e outros programas na Saúde, R\$ 6,8 bi à Previdência para garantir o aumento real do Salário Mínimo e outras dezenas de bilhões em programas como Livro Didático, Minha Casa Minha Vida etc.

A EC eximiu tais R\$ 145 bi das limitações da “Regra de Ouro”. Assim, excepcionalmente em 2023, o governo poderá financiar tal montante com emissão de títulos da dívida pública sem ter de pedir autorização ao Congresso. Exime também o Bolsa Família e o Auxílio Gás (e apenas estes) das limitações da Meta de Superávit impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem como exime dos limites do Teto de Gastos e do Superávit Primário quase R\$ 23 bi em investimentos públicos vindos de receitas extraordinárias – que agora podem até ser alocados em gastos correntes.

Eximiu também dos limites do Teto de Gastos (mas não do Superávit Primário) a utilização de recursos (até R\$ 24,6 bi) de PIS-Pasep não sacados até 1988 e as despesas (socioambientais e universidades) custeadas com

receitas próprias/doações. E implementando decisão do STF, a EC acabou com o Orçamento Secreto realocando metade de seus recursos. Por fim, determinou que o novo governo apresente um projeto de lei complementar (PLC) que substitua o Teto de Gastos. Assim, a EC-162 permitirá ultrapassar o atual limite do Teto em R\$ 145 bilhões, adicionados a outros R\$ 50 bi vindos de um arranjo de receitas.

Apenas um alívio

A EC da transição é um alívio. Também são as outras iniciativas, como a que permitirá recompor as verbas à Ciência e Tecnologia - transferidas por Medida Provisória de Bolsonaro ao Orçamento Secreto. Mas tudo isso permite apenas recompor as verbas aos patamares baixíssimos de 2022. Para atender os anseios imediatos do povo, reconstruir e transformar o país, será necessário fazer reformas mais profundas.

As medidas anunciadas por Haddad até agora (renegociação de contratos, adiamento do crescimento do Salário Mínimo acima da inflação etc) visam acalmar “os mercados”, tentando mostrar que o endividamento não crescerá. Mas o que o faz crescer não são gastos sociais primários, mas

alta da Selic pelo Banco Central (BC), que tornou a maior dentre as taxas de juros do mundo. Sendo que estas também cresceram forte, seguindo as crises pandêmica e ucraniana, com os BCs tentando elevar o desemprego e assim achatar salários.

A alta na Selic elevou os gastos com juros da dívida para algo em torno de R\$ 700 bi, mais do que o dobro dos gastos em Saúde e Educação juntos. Para mudar isso e permitir recompor as verbas sociais e os investimentos públicos (que estão no mais baixo nível histórico – insuficiente para compensar a depreciação da infraestrutura), reformas mais profundas são urgentes. Como por exemplo, acabar com a autonomia do Banco Central (lei de 2021), controlar capitais, acabar com as travas fiscais (Teto de Gastos, Lei de Responsabilidade Fiscal e Regra de Ouro) e fazer uma reforma tributária que obrigue ricos e especuladores a pagar impostos para reduzir os impostos dos trabalhadores. E para já, é preciso honrar o compromisso eleitoral de Lula de isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Reestatizar empresas (veja abaixo o caso Eletrobrás) também.

Alberto Handfas

Rombo de R\$ 43 bi nas Americanas

Acionistas atuaram na privatização da Eletrobrás

O escândalo financeiro, chamado de “fraude multibilionária” pela representação dos acionistas minoritários (Abradin), veio à tona nas últimas semanas. A empresa tem como principais acionistas alguns dos empresários mais ricos do Brasil, defensores ferrenhos das privatizações. Entre os principais credores estão os bancos públicos, que podem ter que arcar com cerca de um terço do montante da dívida. E estão sob risco de desemprego 44 mil trabalhadores, caso as demissões sejam incluídas no “plano de recuperação” da empresa.

O caso

Na virada de ano Sergio Rial assumiu a presidência das Americanas. Dez dias depois renunciou. Descobriu um rombo que passava de R\$ 43 bi, dos quais 20 bi estavam maquiados: ocorre que a empresa pediu empréstimos para pagar

fornecedores (o “risco sacado”), mas foram registrados como despesas, o que camufla as dívidas acumuladas. Quem audita as contas das Americanas é a multinacional PwC, membro do chamado “big four” de empresas de consultoria. Em seus relatórios nada consta de irregular. É possível um rombo de tal proporção ter passado despercebido? Ou a fraude e a pilhagem são regras do “mercado”? Mas os privatistas são sanguessugas do dinheiro público: pouco antes do escândalo virar notícia, em 21 de dezembro, ainda receberam um empréstimo de R\$ 450 milhões, no apagar das luzes do governo Bolsonaro. R\$ 6,4 bi das dívidas têm como credores bancos públicos.

Fraude nas Americanas, pilhagem da Eletrobrás

Os bilionários Jorge P. Lemann, Marcel Telles e Carlos A. Sicupira possuem um terço das ações das

Americanas. Lemann, que vive na Suíça, é o homem mais rico do Brasil, com uma fortuna de R\$ 80 bilhões. Ele e seus sócios – donos da 3G Capital – atuaram diretamente na privatização da Eletrobrás, da qual também são acionistas. Reportagem de Luis Nassif denuncia que “a forma como [Lemann] se apropriou da Eletrobrás é indecente, fruto de lobby direto na veia do poder público. Entrou como minoritário, no golpe do impeachment passou a ter poder de indicação dos gestores. Estes reduziram investimentos na estatal para garantir dividendos polpudos. A 3G, controlada por ele, produziu uma avaliação do preço da Eletrobrás indecente. O golpe da privatização ocorreu



Os bilionários Sicupira, Lemann e Telles

com a empresa emitindo ações, que diluíram a participação estatal, e impuseram um acordo pelo qual a União só tem direito a 10% dos votos, independente de sua participação acionária”. Nassif bem lembrou, também, que o momento é mais do que oportuno para o governo Lula reestatizar a Eletrobrás, fundamental para a soberania nacional.

Tiago Maciel

Governo de Israel amplia ataques aos palestinos

Entrevista com Fatma Abu Gazal, ativista do movimento juvenil de Nazaré

O novo governo israelense, presidido por Benjamin Netanyahu e composto por ministros abertamente racistas e fundamentalistas religiosos, foi rápido em pôr mãos à obra.

O novo ministro da Polícia (segurança nacional), Itamar Ben Gvir, acaba de cancelar a medida que permite que membros do Knesset (parlamento israelense) visitem prisioneiros palestinos. Ele decidiu condenar qualquer exibição de uma bandeira palestina nos campi.

O mesmo Ben Gvir indicou que considera que 700 professores palestinos do interior (portanto dotados de cidadania israelense) têm "ideias antiisraelenses" e devem ser investigados porque concluíram seus estudos na Jordânia ou em universidades da Cisjordânia.

Há duas semanas, o ministro das Finanças de Israel, Bezalel Smotrich, assinou uma decisão de confiscar 40 milhões de dólares em impostos da Autoridade Palestina e transferi-los como compensação para as famílias de colonos mortos por "terroristas" palestinos.

A mídia ocidental relatou inúmeras declarações preocupadas com a mudança de regime no Estado de Israel. Para lançar alguma luz sobre essa nova situação, entrevistamos uma de nossas correspondentes na Palestina, Fatma Abu Gazal, ativista envolvida no movimento juvenil de Nazaré.

François Lazar

A mídia ocidental está preocupada com a mudança de regime em Israel e, mais especificamente, com a separação de poderes. Qual é a sua avaliação desta nova situação?

Fatma Abu Gazal: O partido Poder Judaico liderado por Itamar Ben Gvir foi fundado em 2015 e conquistou 14 assentos nas últimas eleições do Knesset. Este resultado indica uma coisa, que é que a sociedade israelense está se movendo mais em direção ao fascismo e ao racismo. Se há algum agravante, podemos dizer que é a continuidade do que é o sionismo.

As ideias que Ben Gvir agora defende e quer implementar podem ser resumidas da seguinte forma: expulsar os palestinos da Palestina. Agora a polícia israelense e os

guardas de fronteira estão sob seu controle.

Nesse contexto, já existem diversas manifestações em Israel mesmo contra esse novo governo. Haveria oposição israelense a esta política?

Alguns dias atrás, Ben Gvir fez uma rápida visita de 17 minutos ao complexo da Mesquita Al-Aqsa em Jerusalém. A mídia israelense disse que Ben Gvir usava um colete à prova de balas sob a jaqueta. Ele queria provar que não temia "as ameaças do Hamas", mas estava sob escolta militar reforçada. É a sua forma de mostrar, como diz, que "os judeus são os donos da casa". As reações a esta visita foram rápidas por parte dos Estados Unidos, da União Europeia e até da "esquerda israelita". Muito claramente, eu quero dizer, e todos os jovens ao meu redor pensam o mesmo, que a maioria dos partidos israelenses, partidos de esquerda, direita e centro, não diferem em suas orientações da ideologia de Ben Gvir, mas diferem entre si próprios na sua implementação. Essas críticas e denúncias não foram feitas para defender os direitos dos palestinos ou a causa palestina. Para todos, trata-se de defender a imagem de um "Estado de Israel democrático, liberal e civilizado". Eles sempre têm problemas com sua imagem. Os oponentes de Netanyahu querem dizer ao mundo: "Somos contra o racismo e as provocações de Ben Gvir contra os palestinos, especialmente na cidade de Jerusalém. Mas isso já acontecia antes. A ocupação colonial não é racismo? Colonização não é racismo? O muro de separação não é racismo, a segregação não é racismo? É claro que Ben Gvir, em nome do governo israelense, acaba de iniciar uma operação de guerra contra os palestinos, começando pelos de 48 **1**."

Vimos palestinos nas manifestações contra o novo governo de Netanyahu...

Eles são minoria ali e estão ligados aos partidos que fizeram acordo eleitoral com Yair Lapid, o principal concorrente de Netanyahu.

Esses partidos estão perdendo muitos de seus membros. Eles intervêm



ISRAEL: 100 MIL PESSOAS NAS RUAS CONTRA O GOVERNO

Tel Aviv, Jerusalém, Haifa e outras cidades viram 100.000 manifestantes (num país de 10 milhões!) saírem às ruas em 14 de janeiro denunciando o novo governo, formado pela extrema direita.

Manobras e operações políticas acontecem. Há quem apele para que as manifestações sejam canalizadas para a defesa da suprema corte e há uma operação dos partidos da oposição, mas a massa que está na rua transborda todos os quadros e todas as operações. É uma multidão colorida, com várias posições: há quem esteja lá para defender os direitos da comunidade LGBT, ambientalistas, democratas contra a extrema-direita, advogados contra a reforma da justiça, laicos contra o controle de clérigos judeus ortodoxos no governo e muitos outros.

Pontos de vista diversos, variados, mas que se encontram às dezenas e dezenas de milhares nas ruas contra o governo. Além dos aspectos subjetivos, existe objetivamente um grande fato político: essas manifestações refletem a crise política que está dilacerando o Estado de Israel.

A questão palestina esteve oficialmente ausente, mas continua a ser a questão central. É esse jovem pai manifestante que declara na televisão: "Quando minha filha crescer, ela deve ter o direito de ser LGBT. Quando minha filha for mais velha, ela terá o direito de se casar com um palestino."

A política do novo governo tentará agravar ainda mais a política de apartheid contra os palestinos. Mas nessa manifestação também havia judeus israelenses que se manifestaram ao lado dos palestinos para se opor à colonização do bairro palestino de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, por colonos judeus. Essa unidade é fundamental para o avanço da campanha por "um só Estado na Palestina" que arranque as populações judaicas da armadilha do sionismo e coroe a longa luta do povo palestino desde 1948.

com base na defesa da "democracia israelense". A mesma "democracia" que jogou Karim Younes na prisão por 40 anos. O acontecimento para nós é a sua libertação. Ele era o prisioneiro político palestino mais velho no interior. Partidos sionistas dizem que ele deveria perder sua cidadania israelense, mas ele não escolheu isso. Ontem, o Inspetor Geral da Polícia de Israel emitiu uma ordem proibindo a exibição da bandeira palestina em locais públicos. Os jovens compartilham a resposta de Sami Abou Shehadeh, primeiro líder do partido Bala **2**, que respondeu a Ben Gvir: "Nossa bandeira é a bandeira palestina e nosso dever é agitá-la". Nos protestos, como ontem em Tel Aviv (domingo, 8 de janeiro), as reivindicações foram no nível econômico, contra a reforma da Suprema Corte, mas não disseram uma palavra contra o apartheid e a ocupação. Dito isto, devemos considerar estes protestos importantes, porque eles mostram as profundas contradições que afetam a sociedade israelense, e as lutas dentro desta sociedade contribuem para enfraquecer o sionismo que é o principal obstáculo para uma verdadeira democracia baseada na igualdade de direitos de todos.

1 Os palestinos do interior se auto-denominam "palestinos de 48", em referência às fronteiras do Estado de Israel fixadas em 1948. Os palestinos da Cisjordânia e de Gaza são referidos como "palestinos de 67" – nota do editor.

2 O partido Balad ("pelo reagrupamento democrático e nacional") luta na linha de um Estado para todos os seus cidadãos. Ele foi o único nas eleições do Knesset a condenar o apartheid israelense.

França, 19 de janeiro: “Enorme”

Dois milhões ocupam as ruas em todo o país em dia de greve geral

“Enorme” é o título do artigo de Pierre Valdemienne que encaixa o suplemento do jornal “Informações Operárias” do POI francês de 20 de janeiro, que reporta as manifestações e greves convocadas pelas centrais sindicais contra o projeto de reforma da Previdência do governo Macron e anuncia a chegada a Paris da “Marcha por nossas aposentadorias”, chamada pela França Insubmissa para 21 de janeiro. Abaixo seus trechos principais:

“No governo alguns esperavam que a rejeição maciça da reforma das aposentadorias constatada em todas as pesquisas de opinião não seria traduzida nas ruas. Esperança frustrada nessa quinta-feira pela greve de 19 de janeiro convocada por todas as organizações sindicais.

Com mais de 200 concentrações, praças lotadas de gente em todas as cidades da França, participação maciça e compacta – histórica mesmo – nas colunas sindicais, a greve de 19 de janeiro foi maior que a de 5 de dezembro de 2019. Em toda a França, mais de 2 milhões de manifestantes saíram às ruas, 400 mil em Paris, 140 mil em Marselha...

Os índices de grevistas também foram importantes: de 65% a 75% na maioria das centrais nucleares, 66% na Enedis (eletricidade), 73% na produção hidráulica, 80% dos

condutores na SNCF (ferrovias), 75% de grevistas na Educação nacional em todos os níveis. Nas refinarias entre 70% a 100% a nível nacional.

Em menos de 10 dias, respondendo ao chamado das confederações sindicais, o povo trabalhador em seu conjunto exprimiu nas ruas sua firme rejeição a trabalhar mais tempo e ver suas aposentadorias diminuírem, num contexto de explosão dos preços: assalariados do setor público, mas também do privado, como na Airbus de Toulouse onde 5 mil foram à greve, assim como aqueles que viveram sua primeira grande mobilização, aposentados, artesãos, profissionais liberais, sem contar a juventude, os secundaristas que foram numerosos nas passeatas. Até policiais, que também são atingidos pelo projeto do governo, juntaram-se aos manifestantes.

Em debate: ação eficaz para dobrar o governo

Nas assembleias e reuniões sindicais, nas reflexões dos militantes e mais amplamente entre os sindicalizados e assalariados, a questão em debate é a da ação eficaz para dobrar o governo. A questão de bloquear o país está no coração dos posicionamentos, entre os que opõem a realização de um referendo e aqueles, cada vez mais numerosos, que defendem parar tudo.

Macron, que estava em Barcelona, foi perguntado por uma jornalista sobre as manifestações na França contra a sua “reforma”. Apoiando-se numa pseudo ‘legitimidade’ que ninguém lhe reconhece fora os círculos do capital financeiro, ele afirmou que está determinado a fazer a “reforma”. O que reforça a determinação dos trabalhadores de derrotá-la.

Nessa situação, o melhor seria que a senhora Borne (primeira-ministra, NdT), o senhor Macron e outros levem em conta a realidade e dêem satisfação ao povo. Do contrário assumirão a responsabilidade de que o choque os obrigue a fazê-lo. As instituições quase mafiosas da 5ª República podem não ser suficientes. A continuar negando a realidade, eles empurram a que se imponha o “vão embora”, e não apenas na questão das aposentadorias. Sobretudo porque desta vez, apesar



Enorme !

Ces lignes ont été écrites au moment où les confédérations syndicales se réunissaient après les immenses manifestations d'aujourd'hui contre la réforme des retraites. Dans toute la France, plus de 2 millions de manifestants sont descendus dans la rue, la grève a été massive dans de nombreux secteurs, bien plus encore que celle du 5 décembre 2019 contre la précédente réforme.

Pierre Valdemienne
Au gouvernement, certains avaient espéré que le rejet massif, quasi-unanime (1), de la réforme des retraites constaté dans toute la population par les enquêtes d'opinion ne se traduirait pas dans la rue : espoir déçu, ce jeudi, par la grève du 19 janvier à l'appel de toutes les organisations syndicales.

Avec plus de 200 rassemblements, des places noires de monde dans toutes les villes de France, une participation massive et compacte – parfois historique – dans les cortèges syndicaux, la grève du 19 janvier fait bien mieux que celle du 5 décembre 2019 : 2500 à Privas (en Ardèche) pour une ville qui compte 9000 habitants, 6000 à Montauban, 7000 à Valenciennes, 8000 à Lorient, 18 000 à Amiens... mais aussi plus de 20 000 à Nantes, 60 000 à Bordeaux, 140 000 à Marseille, 400 000 à Paris ... >>> suite page 2

Peru: a luta pelo fim do governo assassino

Repressão brutal aumenta rebelião popular que pede comando unitário

Em 19 de janeiro manifestantes inundaram as ruas da capital Lima, enquanto ocorria uma paralisação geral convocada pela CGTP (central sindical) exigindo a saída de Dina Boluarte da presidência. Foi, até o momento, o ponto mais alto das mobilizações que continuam, com a repressão brutal do governo já atingindo a marca de 60 mortes. O que falta é centralizar a vontade de luta da maioria oprimida. Abaixo trechos do editorial do jornal “El Trabajo” n° 238, saído às vésperas da assembleia de delegados da CGTP de 14 de janeiro e da chegada das primeiras levas da marcha vinda das regiões a Lima.

“Convulsão política e semi-insurreição”

“O golpe parlamentar de uma maioria congressual reacionária que destituiu Castillo para impor o governo ‘de facto’ de Dina Boluarte desatou a indignação das massas trabalhadoras, camponesas e populares

contra o sistema e suas instituições (Congresso, Executivo, Poder Judiciário) e contra a falta de hospitais, de trabalho, contra as privatizações, a carestia dos alimentos. A rebelião popular atingiu o nível de convulsão política e semi-insurreição.

O Estado de Emergência decretado pelo governo (...) entregou o país às Forças Armadas e Policiais que desataram uma repressão com mais de 40 cidadãos assassinados, invasão de locais da Confederação Camponesa e de Novo Peru, com 26 dirigentes sindicais e populares presos. Mas a luta continua e se estendeu a todo o país, com maior força no sul e no centro, contagiando o norte e o oriente da nação. Dizemos: Abaixo o Estado de Emergência, nem mais um morto!

O governo em crise e cambaleante busca sobreviver combinando a repressão com o diálogo social e o “consenso”. Este último objetivo, desenhado com a convocação do Conselho de Estado, a reunião com as organizações sociais de Cuzco,

a Marcha pela Paz dirigida desde o Ministério do Interior, fracassou. Também se quebrou o plano do Acordo Nacional de 9 de janeiro, pelo rechaço da CGTP e das Frentes Regionais em participar (...).

Hoje está claro que por trás do golpe de Estado está a mão da Casa Branca através da sua embaixadora Lisa Kenna, apontada como agente da CIA. (...) Os velhos interesses econômicos dos EUA, sobretudo na mineração peruana, e seu objetivo hegemônico no continente requeriam uma troca de comando no Poder Executivo.

Por um Comando Nacional Unitário

Em 28 de dezembro reuniram-se em Arequipa representantes das organizações de oito regiões do sul do país e decidiu-se iniciar uma greve por tempo indeterminado em 4 de janeiro pelo fechamento do Congresso, a saída de Dina Boluarte, liberdade para Castillo e os dirigentes presos, convocação de uma

dos estados de ânimo e as tentativas de uns e outros, transmitidos de forma complacente pela mídia, a força política está aí, tanto na Assembleia Nacional, como se afirmando em 21 de janeiro.”

Assembleia Constituinte. A partir daí, uma segunda onda de greves e mobilizações contra o governo se desenvolveu nas regiões do país (...).

‘El Trabajo’ considera que os acordos da Assembleia Macro-regional Sul indicam o caminho a seguir. Que a CGTP e centrais sindicais, o Comitê Promotor da Assembleia Nacional dos Povos (ANP), Frentes de Defesa e Comandos Unitários Regionais constituam com urgência um Comando Nacional Unitário que unifique a luta em todo o país numa Paralisação Nacional Cívica Popular até a queda do governo assassino de Dina Boluarte, bem como se engaje na Marcha Nacional a Lima dos Quatro Suyos (províncias do antigo império Inca, NdT), articuladas à luta por uma Assembleia Constituinte Soberana e com Poder que ajude a romper com a dependência, a dominação imperialista e a ditadura dos monopólios que saqueiam, exploram e mantêm o atraso da nação.”

Correspondente

NÃO À GUERRA

Publicamos abaixo a declaração internacional lançada por 375 militantes de 14 países e já assinada por centenas de militantes e lideranças de mais de 40 países em todo o globo.

A guerra que se desenvolve na Europa já tem consequências políticas e econômicas em todo o mundo. Representa uma ameaça mortal para todos os povos da Europa e de todos os continentes.

Para preservar a humanidade, devemos parar esta marcha à barbárie. A guerra de Putin, como a da Otan implementada por Zelensky, não é nossa guerra. Não estamos em guerra nem com o povo russo nem com o povo ucraniano. Queremos paz para o povo russo e para o povo ucraniano.

Ao invadir a Ucrânia, Putin embarcou em uma aventura criminosa sem saída para o povo russo e o povo ucraniano. Putin não defende o povo russo. Exigimos a retirada das tropas do exército de Putin.

O governo estadunidense, à frente da Otan, não defende o povo

ucraniano, mas sim os interesses dos monopólios que querem apoderar-se das importantes riquezas da Rússia, como fizeram no Iraque a pretexto de armas de destruição em massa que não existiam.

Não aceitamos que esta guerra seja usada para colocar as pessoas umas contra as outras.

Não aceitamos a recusa reiterada de Biden, da União Europeia e de Putin a um cessar-fogo imediato e ao fim da guerra.

A que isso leva?

- Que a União Europeia treine 15.000 soldados ucranianos em nome de que a guerra deve durar muito tempo, sem cessar-fogo, até a derrota da Rússia, sendo a chave os mortos, os feridos, os refugiados;
- Que os dirigentes dos



Senhores da Guerra: chefes da defesa de 50 países, sob a batuta da OTAN, se reuniram em Ramstein na Alemanha em 20 de janeiro para discutir o envio de mais armas à Ucrânia

nossos Estados entreguem armas que matam e ferem centenas de milhares de seres humanos de ambos os lados com a sua quota de matanças, refugiados, destruição, remetendo às piores imagens das guerras que já assolaram o continente europeu;

• Às “sanções econômicas” contra o povo russo, exigidas pelo governo estadunidense, que são usadas para disparar os preços, os lucros recordes dos trustes e oligarcas do petróleo, para a compra em massa de gás de xisto, e um início de colapso industrial na Europa;

• Que em todos os países europeus, os governos submetem aos parlamentos aumentos de orçamentos militares que os parlamentos votam liberando enormes somas para o exército;

• Que bilhões e bilhões sejam usados para o armamento da Ucrânia em benefício da indústria armamentista e em detrimento das populações trabalhadoras com cortes em todos os orçamentos públicos, hospitais, escolas etc.

Em muitos países europeus, as manifestações pela paz, contra a guerra, expressam o repúdio a esta marcha à barbárie dos povos da velha Europa, já berço de duas guerras mundiais.

Estamos soando o alarme: essa escalada pode levar a uma catástrofe global.

Não seremos cúmplices. Apelamos a todos os trabalhadores e ativistas da Europa para unirem forças para acabar com esta espiral mortal e esta carnificina, pelo fim da guerra e um cessar-fogo imediato!

Algumas assinaturas

■ **ALEMANHA** - Altmann Michael, sindicalista do Ver.di, militante do SPD AfA; Boulboulé Carla, sindicalista do GEW, redator da SoPoDe (Política Social e Democracia); Klingmüller Ursula, ex-chefe do Ministério do Trabalho do Land de Brandenburgo; Matzke Cornelia, médica, ex-deputada do parlamento saxônico após a reunificação de 1989;

■ **ARGÉLIA** - Luisa Hanune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores.

■ **AUSTRIA** - Magnus Axel, sindicalista, militante social-democrata.

■ **AZÂNIA-ÁFRICA DO SUL** - Lybon Mabasa, Presidente do Partido Socialista da Azânia (Sopa).

■ **BÉLGICA** - Galand Pierre, senador honorário; Henrotte Thomas, militante da FGFB, presidente do setor provincial da CGSP (educação - Liège); Verhaegen Mathieu, militante da FGFB, presidente da CGSP ALR (Bruxelas);

■ **BRASIL** - José Genoino, ex-presidente do PT; Luis Eduardo Greenhalgh, advogado, membro do Diretório Nacional do PT; Paulo Moreira Leite, jornalista; Markus Sokol, membro da Executiva Nacional do PT; Eduardo Suplicy, vereador e deputado estadual eleito do PT.

■ **BULGÁRIA** - Tsoneva Rumiana, representante du secteur non gouvernemental Open data enthusiast.

■ **BURKINA FASO** - Diallo Moussa, secretário-geral da CGT-B; Gannoaga Ouédraogo, Sindicato dos Pescadores.

■ **CHILE** - Mesina Luis, sindicalista setor bancário.

■ **COSTA DO MARFIM** - Pacôme Ataby, em nome da diretoria executiva do CSSP-CI (serviços públicos).

■ **DINAMARCA** - Schou Anton, sindicalista, professor aposentado, membro do Movimento Popular contra a União Europeia; Von Barnekow Anne Mette, ex-conselheira municipal pela lista do Partido Popular Socialista (SF).

■ **ESPAÑA** - Álvarez García Gerard, deputado no

Congresso (grupo republicano); Caballero Jordi Albert, deputado do parlamento da Catalunha pela ERC; Pasero Barrajón Ángel, militante do Partido Comunista Espanhol, secretário federal da União Cívica da República (UCR); Sánchez Mato Carlos, membro da liderança da Izquierda Unida (IU) Vila Gómez Miguel, ex-deputado do Congresso Unidas-Podemos;

■ **ESTADOS UNIDOS** - Ceballos Marlena, sindicalista professora.

■ **EQUADOR** - Gualpa César, sindicalista, membro do coletivo Plaza Grande em Quito.

■ **FRANÇA** - Bourgasser Mathieu, do Partido Socialista, vice-prefeito de Tournefeuille; Coulomme Jean-François, deputado da LFI-Nupes; Couturier Catherine, deputada da LFI-Nupes; Gries Aurélie, vice-prefeito de Lyon, da LFI; Legavre Jérôme, deputado da LFI-Nupes; Taïbi Azzedine, prefeito de Stains; Taurinya André, deputada da LFI-Nupes; Yazid Amaar, sindicalista de serviços públicos.

■ **GANÁ** - Vanderuije Christian, Federação do Trabalho de Gana.

■ **GRÃ-BRETANHA** - Bresheeth Zabner Haim, cineasta, autor, professor associado da Escola de Estudos Orientais e Africanos de Londres.

■ **GRÉCIA** - Mavroeidis Panagiotis, membro do comitê central da NAR (Nova Corrente de Esquerda); Papanikolaou Panos, secretário geral do EINAP (Sindicato dos Médicos Hospitalares de Atenas e Pireus); Toulgaridis Kostas, membro do comitê executivo da ADEDY (Confederação de Serviço Público).

■ **ITÁLIA** - De Magistris Luigi, porta-voz da Unione Popolare, ex-prefeito de Nápoles; Granato Giuliano, militante da Unione Popolare, porta-voz da Potere Al Popolo; Pilan Mattia, militante do Sinistra Italiana - Vicenza; Colettivo Autonomo do porto de Gênova; União

Sindical de Base do porto de Gênova (USB).

■ **LÍBANO** - El Husaini Khadije, militante operário

■ **MALI** - Guittey Moustapha, secretário-geral do sindicato nacional da Educação e Cultura, membro da UNTM (SNEC-UNTM).

■ **MOLDAVIA** - Polyarush Vladimir.

■ **NIGERIA** - Djibo Amadou, dirigente sindical da CGSL; Sindicato de Estudantes da Universidade de Zinder.

■ **PORTUGAL** - Pereira Carmelinda, deputada Constituinte (1975-1976), membro da direção do SPGL; Tomé Mário, soldado de abril de 1974, ex-membro da União Democrática Popular; Vasconcelos João, professor, ex-membro do Bloco de Esquerda (BE); Vintém Diogo, membro da comissão nacional da Juventude Socialista.

■ **ROMÊNIA** - Chitiburea Vasile, secretário do comitê de Craiova da Associação para a Emancipação dos Trabalhadores; Popescu Mugurel, presidente do sindicato Solidariedade Universitária; Somîcu Silviu, militante operário, ex-deputado.

■ **SENEGAL** - Diouf Charles Oumar, membro do Sindicato dos Trabalhadores do Senegal Autêntico.

■ **SÉRVIA** - Milikic Nebojsa, pesquisador e militante do No Rehabilitation e do ReEx;

■ **SUÉCIA** - Carlstedt Marcus, Sindicalista professora

■ **SUIÇA** - Nouchi Fred, conselheiro municipal, presidente do POP; Paggani Rémi, deputado da esquerda, ex-prefeito de Genebra; Patiño Alejo, secretário sindical do setor industrial; Pestoni Graziano, sindicalista do serviço público, ex-deputado do PS; Thurnherr Hans, membro do Partido Socialista (PS), líder da corrente da Luta Socialista; Velasco Alberto, deputado socialista;

■ **TOGO** - Gbikpi-Benissan Tétévi Norbert, secretário nacional do Partido Democrata dos Trabalhadores Rurais e Urbanos (Padet).

ASSINE O TRABALHO
44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura solidária
R\$ 150/ano

